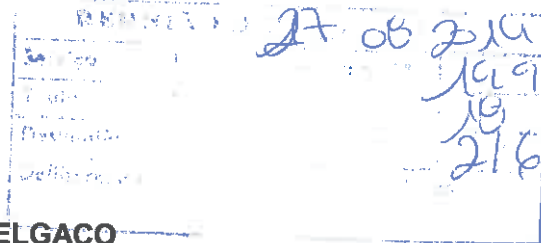




Câmara Municipal



MUNICÍPIO DE MELGAÇO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO (PDSS)

Proposta de Medidas de Política Social e Económica 2015

Atendendo à análise, em anexo, das medidas transversais aplicadas, propõe-se para o ano de 2015 o **Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS)**:

1) Incentivo à Natalidade/Adopção:

Atribuição de um subsídio de nascimento e Adopção de 500,00 € (Quinhentos euros) para o primeiro e segundo filho e de 1.000,00 € (Mil euros) a partir do terceiro filho, inclusive.

A atribuição do referido subsídio, de prestação única, beneficia exclusivamente os residentes no concelho (conforme prova a efectuar através do Bilhete de Identidade, Cartão de Eleitor ou Cartão de Cidadão) e ficará dependente de requerimento acompanhado de prova do nascimento completo e com vida / Adopção, a ser entregue na Divisão com a atribuição de competências na área de Acção Social e Educação deste Município até ao dia 10 de cada mês, num limite máximo de 6 meses sobre a data do nascimento/adopção.

2) Apoio à primeira infância:

Reembolso do montante dispendido com a mensalidade da Creche, para os agregados familiares residentes no Concelho de Melgaço, incluídos no primeiro escalão da Tabela de Mensalidades praticada pela Instituição, a ser concretizado todos os meses, mediante a apresentação do respectivo recibo até ao dia 15 do mês seguinte na Divisão com a atribuição de competências na área de Acção Social e Educação deste Município.

Excepcionalmente, a requerimento poderá ser atribuído a agregados familiares residentes no concelho incluídos no segundo escalão, mediante deliberação da Câmara Municipal e com o parecer técnico da Divisão com a atribuição de competências na área de Acção Social e Educação. Este apoio pontual só será concedido enquanto se verificarem os pressupostos da sua atribuição.

3) Incentivos à Formação

Estes incentivos são atribuídos anualmente, a cinco novos estudantes, naturais ou residentes no Concelho de Melgaço que, nesse ano, ingressem ou frequentem o ensino superior público. O valor dos incentivos é definido e actualizado anualmente por deliberação da Câmara Municipal e estes vigorarão pelo tempo mínimo que durar o curso dos candidatos seleccionados.



Câmara Municipal

4) Auxílios económicos:

Constituem uma modalidade de apoio sócio educativo destinado aos alunos inseridos em agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de comparticipações, para fazer face aos encargos com refeições, livros e outro material escolar e transporte escolar, relacionados com o prosseguimento da escolaridade.

O valor actual é de 50,00 € para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico incluídos no 1.º escalão e 25,00 € para os do 2.º escalão. Relativamente ao pré-escolar, o valor é metade do valor do 1º CEB.

5) Apoio aos Jovens:

Isenção de taxas de edificação previstas no Regulamento Municipal devidas pela construção/reabilitação da primeira habitação própria (até aos 250 m2 de área bruta de construção) para:

- os jovens até aos 35 anos,
- casais (casamentos e união de facto, nos termos da Lei 7/2001) cuja média de idades não ultrapasse os 35 anos.

6) Apoio às Famílias Numerosas:

A fim de se dissuadir o consumo excessivo de água, a sua tarificação é feita segundo escalões de consumo, com valor crescente. No entanto, uma vez que não entra em linha de conta com a dimensão da família, esta tarificação penaliza fortemente as famílias mais numerosas, pelo que se anexa proposta de manutenção de escalões para as famílias com um agregado igual ou superior a 5 pessoas.

7) Apoio aos Idosos:

Manutenção do "Cartão de Idoso", reduzindo em 50% os preços e taxas praticadas nos Espaços culturais, de Desporto e Lazer de gestão Municipal (incluindo os da Empresa Municipal), tais como: Piscinas Municipais, Casa da Cultura, Núcleos Museológicos, Porta de Lamas de Mouro, etc, para as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, residentes no Concelho de Melgaço, mediante a apresentação do Bilhete de Identidade/Cartão do Cidadão.

8) Pacote fiscal:

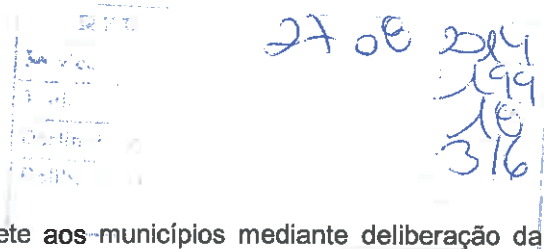
(a) Carga fiscal em termos de IMI e IMT:

O Decreto – Lei n.º 287/2003 de 12 de Novembro – Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, no seu art.º 112º fixa as seguintes taxas:

- Prédios Rústicos	0.8 %(percentagem fixa)
- Prédios Urbanos	0.5 % - 0.8 %
- Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI	0.3 % - 0.5 %



Câmara Municipal



Nos termos do n.º 5 do art.º 112º, compete aos municípios mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar a taxa a aplicar aos prédios urbanos.

Aplicar para o ano base de 2014 as seguintes taxas:

- Prédios Rústicos	0.8 %
- Prédios Urbanos	0.7 %
- Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI	0.32 %

(b) Carga fiscal em termos de IRS:

Segundo a Lei n.º 73/2013 de 12 de Setembro – regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, no seu artº 26º, n.º 1 : “Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afecto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social nos termos do n.º 2 do artigo 69.º.”

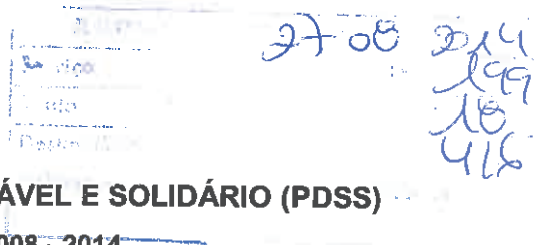
Propõe-se fixar a participação variável no IRS em 5%.

9) Regeneração urbana:

- Reduzir em 50% a taxa aplicada aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou de património cultural (n.º 12 do art. 112 do CIMI);
- Isentar de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas (IMT) e IMI durante 2 anos os prédios urbanos objecto de reabilitação inseridos no Centro histórico da Vila de Melgaço e na área de influência da Zona Termal do Peso (art.º 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais);
- Nos termos do n.º 8 do art.º 112: “Os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem majorar até 30 % a taxa aplicável a prédio urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens”. Seguindo uma política de incentivo à regeneração urbana, propõe-se agravar em 30% os prédios urbanos degradados nos termos do disposto no n.º 8 do art. 112º do CIMI.

10) Apoio ao Investimento:

- De acordo com número 1 do art.º 18 da Lei 73/2013, os Municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. No entanto, para sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150 000, pode ser fixado uma taxa reduzida de derrama. Como medida de fomento económico propõe-se a fixação da taxa de derrama a aplicar em 0%
- Manutenção do Protocolo do Programa Finicia como medida de atracção e fixação da iniciativa privada.



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO (PDSS)

Uma visão transversal de 2008 - 2014

O Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário foi aprovado em 22-09-2008 pela Câmara Municipal e em 27-09-2008 na sessão da Assembleia Municipal de Melgaço, tendo sido objeto de atualização e revisão sucessivamente em todos os anos.

Os dados em seguida apresentados, servem o propósito de serem utilizados como uma bússola na leitura das políticas de fixação de população, rejuvenescimento e solidariedade social prosseguidas pela autarquia.

Apresentam-se os parâmetros de análise desde 2008, correspondentes às medidas instituídas pelo PDSS assim como as seguintes iniciativas no âmbito da **acção** social e educação:

- **Incentivos à Formação** atribuídos anualmente, a cinco novos estudantes, naturais ou residentes no Concelho de Melgaço que, nesse ano, ingressem ou frequentem o ensino superior público. O valor dos incentivos é definido e actualizado anualmente por deliberação da Câmara Municipal e estes vigorarão pelo tempo mínimo que durar o curso dos candidatos seleccionados.

- **Apoio à criação de condições de habitabilidade, em habitação própria, para famílias socioeconomicamente desfavorecidas.** Os apoios a conceder abrangem apenas situações que manifestamente se destinam à melhoria, através de obras de conservação, remodelação ou beneficiação, das condições de habitabilidade de imóveis destinados a habitação, e que possuem tipologias adequadas às características do agregado familiar, não sendo de contemplar construções anexas, beneficiações que não sejam consideradas essenciais, ou obras que manifestamente não contribuam para a resolução dos problemas existentes.

Estes apoios têm carácter temporário, de montante variável e podem enquadrar-se, cumulativamente, nos seguintes níveis, a analisar caso a caso:

- Isenção do pagamento de taxas relativas ao licenciamento de obras por parte da Câmara Municipal;
- Elaboração e fornecimento, a título gratuito, do projecto de execução e respectivo acompanhamento técnico da obra por parte da Câmara Municipal;
- Fornecimento de materiais de construção para obras de conservação, beneficiação ou remodelação;
- Pagamento de mão-de-obra, cuja contratação fica a cargo da Câmara Municipal, não excedendo 2.000 € (dois mil euros) de comparticipação.

- Os **Auxílios económicos** constituem uma modalidade de apoio sócio educativo destinado aos alunos inseridos em agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de comparticipações, para fazer face aos encargos com refeições, livros e outro material escolar e transporte escolar, relacionados com o prosseguimento da escolaridade.

1) Resumo dos Incentivos à Natalidade/Adopção:

Ano	N.º Apoios	Valor Total atribuído
2008	59	31.500,00 €
2009	52	22.500,00 €
2010	57	32.000,00 €
2011	42	22.500,00 €
2012	33	17.500,00 €
2013	44	23.500,00 €
2014 (Até Julho)	17	10.000,00 €
Total	304	159.500,00 €

Comparação da informação disponível com a taxa de natalidade (‰):

Anos	2006 (1)	2007 (1)	2008 (1)	2009 (1)	2010 (1)	2011 (1)	2012 (1)	2013 (1)	2014 (2)
Nascimentos	37	49	59	60	55	41	36	47	
Taxa de Natalidade Melgaço (‰):	3,8	5,1	6,2	6,4	5,9	4,5	4,0	5,3	-----
Taxa de Natalidade de Viana do Castelo (‰):	7,8	8,2	7,8	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Taxa de Natalidade de Minho-Lima (‰)	7,9	8,3	7,9	8,0	7,5	7,1	7,1	6,5	-----
Taxa de Natalidade de Portugal (‰):	10,0	9,7	9,9	9,4	9,6	9,2	8,5	7,9	-----

(1) Fonte: INE, Indicadores Demográficos 2006 a 2013

(2) Dados de "Nascimentos" provenientes do Centro de Saúde de Melgaço. Não existem dados oficiais disponíveis para consulta para o ano 2014 para os indicadores em falta

2) Resumos dos Apoio à primeira infância:

Ano	N.º Apoios	Valor Total atribuído	Média mensal de Apoios
2009	94	5.081,00 €	8
2010	117	7.020,00 €	10
2011	105	6.346,00 €	9
2012	97	6.014,00 €	8
2013	126	7.750,00 €	11
2014 (até Julho)	116	7.167,20 €	16
Total	655	39.378,20 €	

Actualmente são apoiadas 20 crianças.

O valor actual da comparticipação do 1º Escalão da Creche é de 62,00 € mensais.

3) Incentivos à Formação

Anos Lectivos	Incentivos	N.º Alunos
2007/2008	14.058,00 €	9
2008/2009	20.250,00 €	12
2009/2010	27.550,00 €	15
2010/2011	25.705,00 €	15
2011/2012	18.915,00 €	11

REC
 27 08 2014
 199
 10
 516

2012/2013	18.430,00 €	12
2013/2014	20.370,00 €	12
Total	145.278,00 €	86

Para o ano lectivo de 2014/2015, as candidaturas a estes incentivos decorrerão em outubro e novembro de 2014.

4) **Atribuição de auxílios económicos:**

Anos Lectivos		Auxílios Económicos	N.º Alunos		Total
			Escalão A	Escalão B	
2008/2009	Pré-escolar	337,50 €	23	1	24
	1.º CEB	4.150,00 €	72	12	84
	Total	4.487,50 €	95	13	108
2009/2010	Pré-escolar	825,00 €	27	12	39
	1.º CEB	4.800,00 €	78	36	114
	Total	5.625,00 €	105	48	153
2010/2011	Pré-escolar	875,00 €	24	39	63
	1.º CEB	4.225,00 €	65	22	87
	Total	5.100,00 €	89	61	150
2011/2012	Pré-escolar	737,50 €	22	15	37
	1.º CEB	4.550,00 €	71	40	111
	Total	5.287,50 €	93	55	148
2012/2013	Pré-escolar	600,00 €	15	14	29
	1.º CEB	3.425,00 €	51	37	88
	Total	4.025,00 €	66	51	117
2013/2014	Pré-escolar	612,50 €	16	17	33
	1.º CEB	2.700,00 €	37	34	71
	Total	3.312,50 €	53	51	104
TOTAL		27.837,50 €	501	279	780

Nota: ainda está a decorrer a análise para a atribuição de auxílios económicos para o ano lectivo de 2014/2015 pelo que não são apresentados esses valores.

5) **Apoio aos Casais Jovens:**

Ano	N.º de processos com isenção de taxas
2009	1
2010	1
2011	0

MUNICÍPIO DE MELGAÇO

2012	0
2013	0
2014 (até Julho)	0
Total	2

6) Apoio às Famílias Numerosas:

Estão a beneficiar deste apoio 2 famílias.

7) Apoio aos Idosos:

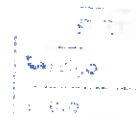
Resumo de utilizações do cartão idoso:

a) em termos de utilizações:

	HIDROGINÁSTICA						PISCINA						OUTROS						GINÁSIO			BANHOS		
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2012	2013	2014
JANEIRO	35	25	60	53	50	111	98	94	97	151	97	134	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FEVEREIRO	56	45	58	54	62	129	94	143	84	79	62	62	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0
MARÇO	56	56	62	45	44	118	120	142	139	95	84	41	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0
ABRIL	20	55	51	22	47	141	162	152	138	89	70	49	2	2	13	0	0	8	0	0	0	0	2	0
MAIO	49	23	33	33	67	161	167	198	178	116	90	71	0	0	13	0	0	0	0	0	0	4	0	
JUNHO	48	44	42	51	71	136	179	220	170	127	127	28	2	2	6	0	0	0	2	2	0	0	4	0
JULHO	57	59	46	0	0		202	172	150	54	0		1	3	1	0	0		4	0	0	0	1	
AGOSTO	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0		0	0	0	0	0		0	0	0	0	12	
SETEMBRO	29	19	0	0	0		107	134	60	23	0		0	1	0	0	0		0	0	0	2	3	
OUTUBRO	45	75	48	69	118		170	164	214	59	177		0	1	0	0	0		0	0	0	1	0	
NOVEMBRO	38	67	70	80	145		134	126	154	75	81		2	1	0	0	0		0	0	0	2	0	
DEZEMBRO	27	29	18	14	78		108	73	122	67	63		2	0	0	0	0		0	0	0	0	0	
TOTAL	460	497	488	421	682	796	1541	1618	1506	935	851	385	11	16	33	0	0	8	6	2	0	5	37	0

b) em termos de valor:

	TOTAL					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JANEIRO	112,04 €	112,09 €	183,50 €	210,25 €	171,80 €	289,00 €
FEVEREIRO	139,30 €	173,18 €	159,65 €	149,85 €	159,12 €	256,90 €
MARÇO	153,40 €	183,02 €	179,64 €	168,78 €	160,21 €	230,90 €
ABRIL	166,28 €	202,68 €	215,94 €	126,35 €	145,71 €	264,65 €
MAIO	157,35 €	183,50 €	229,53 €	177,19 €	198,87 €	306,50 €
JUNHO	158,94 €	235,36 €	231,53 €	210,90 €	429,67 €	244,85 €
JULHO	214,24 €	217,56 €	218,68 €	62,75 €	1,38 €	
AGOSTO	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	35,04 €	
SETEMBRO	102,25 €	117,00 €	49,35 €	27,17 €	4,59 €	
OUTUBRO	186,75 €	223,35 €	284,70 €	171,65 €	352,70 €	
NOVEMBRO	158,18 €	180,35 €	260,15 €	192,31 €	293,45 €	
DEZEMBRO	116,18 €	94,25 €	161,65 €	124,60 €	178,50 €	
TOTAL	1.664,91 €	1.922,34 €	2.174,32 €	1.621,80 €	2.131,04 €	1.592,80 €



27 00 214
199
106
66

8) Pacote fiscal:

a) Evolução da liquidação do IMI:

Ano	Receita IMI
2008	449.201,35 €
2009	387.871,86 €
2010	400.352,73 €
2011	505.780,94 €
2012	519.723,38 €
2013	898.667,24 €
2014 (até Julho)	790.388,05 €

b) A participação variável do IRS:

Não transferida para o orçamento municipal	
Ano	IRS
2009	123.905,00 €
2010	130.861,00 €
2011	127.956,00 €

Transferida para o orçamento municipal	
Ano	IRS
2012	132.573,00 €
2013	132.573,00 €
2014	132.618,00 €

9) Regeneração urbana:

- Dados relativos à majoração de 30% no IMI:

Ano	N.º Prédios
2008	54
2009	63
2010	74
2011	95
2012	113
2013	159

10) Apoio ao investimento:

11.1 - Os empresários de Melgaço continuam a beneficiar da **isenção de derrama** desde que a sede das suas empresas esteja localizada no Concelho de Melgaço.

11.2 - Melgaço Finicia:

Número total de projectos candidatados: 24

Número total de projectos com decisão favorável: 12

Número total de projectos rejeitados: 4

Número de intenções não concretizadas: 6

Número de projectos em análise: 2

Montante apoiado (empréstimo reembolsável do Município): 74.397,18 EUR

Montante investido: 582.065,67 EUR

Em resumo:

# Processo	Ramo de negócio	Montante de investimento	Subsídio Municipal	Criação líquida de postos de trabalho
01/2008	Restauração	40.115,00 €	8.023,00 €	1
04/2008	Agro-indústria	45.000,00 €	9.000,00 €	2
02/2009	Animação turística	45.000,00 €	7.650,00 €	3
01/2010	Comércio	10.000,00 €	2.000,00 €	1
01/2011	Restauração	52.941,78 €	7.650,00 €	2
02/2011	Comércio (desistiu)			
02/2012	Comércio	24.532,32 €	3.706,47 €	2
04/2012	Imobiliário, contabilidade, informática	18.045,36 €	3.067,71 €	1
03/2012	Turismo em Espaço Rural	45.000,00 €	7.650,00 €	1
01/2013	Clínica Veterinária	45.000,00 €	7.650,00 €	1
02/2013	Clínica Dentária	211.431,21 €	9.000,00 €	2
02/2014	Animação turística	45.000,00 €	9.000,00 €	1
Totais		582.065,67 €	74.397,18 €	17

- Gabinete de apoio ao investidor:

A actividade do Gabinete de Apoio ao Investidor tem a sua parte mais visível no apoio que é prestado aos munícipes para resolverem problemas burocráticos. É sobretudo procurado por pessoas que querem investir no TER, mas também na agro-indústria, com especial relevo para a produção de vinho alvarinho e outros produtos locais. Presta ainda apoio técnico especializado, dando orientações aos possíveis promotores de como devem instruir as suas candidaturas, dos trâmites a seguir, dos moldes em que se gerem os programas, etc.